

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 389/2026

CONVÊNIO Nº 700/2025/PGE-SEAGRI.

ÓRGÃO REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Agricultura (SEMAGRI)

1.Introdução

O presente Termo de Referência tem por finalidade estabelecer os elementos técnicos e administrativos necessários à instrução do Processo Administrativo nº 389/2026, visando à contratação de empresa especializada para o fornecimento de bens e/ou serviços destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Rio Crespo/RO (SEMAGRI).

Este documento foi elaborado com base no Estudo Técnico Preliminar constante do referido processo, em consonância com as disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como em observância aos princípios que regem a Administração Pública, especialmente os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e interesse público.

A presente contratação está vinculada ao Convênio SEAGRI nº 700/2025/PGE-SEAGRI, firmado entre o Município de Rio Crespo/RO e o Estado de Rondônia, tendo por objetivo fortalecer as ações da política agrícola municipal, por meio da estruturação e melhoria das atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Agricultura, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do setor produtivo local.

Dessa forma, o presente Termo de Referência visa subsidiar a adequada instrução do procedimento licitatório, definindo o objeto, as condições de execução, os requisitos técnicos, os critérios de aceitação, bem como as



obrigações das partes envolvidas, assegurando a transparência, a eficiência e a correta aplicação dos recursos públicos.

2. OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a **aquisição de implementos agrícolas**, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Rio Crespo/RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

A contratação contempla o fornecimento dos seguintes itens:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QNT	VALOR ESTIMADO (R\$)	Valor Total
01	Plantadeira/Semeadora e Adubadora	UND	01	R\$11.507,79	R\$11.507,79
02	Plantadeira hidráulica para plantio de ramas de mandioca;	UND	01	R\$31.071,67	R\$31.071,67
03	Roçadeira hidráulica	UND	01	R\$10.282,67	R\$10.282,67
04	Sulcador;	UND	01	R\$8.564,66	R\$8.564,66
05	Carreta agrícola metálica basculante;	UND	01	R\$24.115,00	R\$24.115,00
06	Colheitadeira de área total acoplável a trator agrícola.	UND	01	R\$70.930,00	R\$70.930,00

Parágrafo único. Os equipamentos deverão ser fornecidos novos, sem uso, em perfeitas condições de funcionamento, acompanhados de todos os acessórios necessários à sua plena operação, conforme especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação justifica-se pela necessidade de atendimento às demandas da agricultura familiar no âmbito do Município de Rio Crespo/RO, diante do cenário atual caracterizado pela baixa mecanização das atividades produtivas, circunstância que compromete a eficiência, a competitividade e a sustentabilidade do setor agrícola local.



Verifica-se que a insuficiência de acesso a equipamentos e implementos agrícolas adequados tem ocasionado, de forma reiterada:

- a redução dos níveis de produtividade;
- a elevação dos custos operacionais das atividades rurais;
- a dependência de serviços terceirizados, onerando os produtores;
- a limitação da capacidade de expansão das áreas cultivadas.

Nesse contexto, a aquisição dos implementos agrícolas revela-se medida necessária, adequada e proporcional ao atendimento do interesse público, em consonância com o disposto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece como objetivos do processo licitatório assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública e promover o desenvolvimento nacional sustentável.

Ademais, a presente contratação observa os princípios que regem as contratações públicas, notadamente os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, economicidade e desenvolvimento sustentável, conforme previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Ressalta-se, ainda, que a solução proposta encontra-se devidamente fundamentada no planejamento da Administração, nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, conforme evidenciado no Estudo Técnico Preliminar que demonstra a viabilidade e a adequação da contratação às necessidades públicas identificadas.

No que se refere à modalidade de licitação, a presente contratação será realizada por meio de **pregão, na forma eletrônica**, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista tratar-se de aquisição de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, conforme disposto no art. 6º, inciso XIII, do referido diploma legal.

A adoção do pregão eletrônico justifica-se por proporcionar maior competitividade, ampliação da participação de licitantes, transparência e economicidade, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, em conformidade com as diretrizes da nova Lei de Licitações.



Como resultados esperados da contratação, destacam-se:

- I – a modernização das práticas agrícolas;
- II – a redução estimada de até 40% (quarenta por cento) no tempo de execução das atividades;
- III – o aumento de até 25% (vinte e cinco por cento) na produtividade;
- IV – o atendimento direto a aproximadamente 400 (quatrocentos) produtores rurais.

Ressalta-se, por fim, que a presente contratação encontra-se devidamente vinculada ao Convênio nº 700/2025/SEAGRI, bem como ao respectivo Plano de Trabalho aprovado, constituindo-se em ação governamental estratégica voltada ao fortalecimento da agricultura familiar e à promoção do desenvolvimento econômico local, em conformidade com o interesse público e com as disposições da Lei nº 14.133/2021.

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL ORÇAMENTÁRIA

4.1. A presente contratação reger-se-á pelas disposições legais e normativas aplicáveis, especialmente:

I – a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitações e contratos administrativos no âmbito da Administração Pública;

II – a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), especialmente no que se refere ao planejamento, à responsabilidade na gestão fiscal, à adequação orçamentária e financeira da despesa e à observância dos limites legais;

III – o Convênio nº 700/2025/PGE-SEAGRI, que disciplina a transferência voluntária de recursos e estabelece as condições para sua execução;

IV – o Plano de Trabalho aprovado, parte integrante do referido convênio, no qual se encontram definidas as metas, etapas e o cronograma de execução;

V – a Lei Orçamentária Anual do Município nº 1.316/2026, que assegura a previsão dos recursos orçamentários necessários à execução da despesa.



4.2. A contratação encontra-se devidamente compatível com os instrumentos de planejamento governamental, em especial o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), atendendo ao disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000, no que se refere à criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental com impacto orçamentário-financeiro.

4.3. A execução da despesa está condicionada à existência de dotação orçamentária suficiente e à observância das normas de execução orçamentária e financeira vigentes.

4.4. Aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as demais normas pertinentes à matéria, bem como os princípios que regem a Administração Pública, notadamente os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, economicidade, responsabilidade fiscal e interesse público, nos termos da legislação vigente.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

5.1. A solução proposta consiste na aquisição de implementos agrícolas novos, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Rio Crespo/RO, com foco no fortalecimento da agricultura familiar.

5.2. A contratação contempla o fornecimento dos seguintes equipamentos:

- Plantadeira/Semeadora e Adubadora;
- Plantadeira hidráulica para mandioca;
- Roçadeira hidráulica;
- Sulcador;
- Carreta agrícola basculante;
- Colheitadeira de área total acoplável a trator.

5.3. Os equipamentos deverão ser fornecidos de forma integral, em entrega única, incluindo:

- I – transporte até o local indicado pela Administração;
- II – montagem e instalação completa;



- III – realização de testes operacionais;
- IV – treinamento básico dos operadores.

5.4. A solução adotada caracteriza-se como aquisição de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, permitindo a adoção da modalidade pregão eletrônico.

5.5. A escolha pela aquisição direta dos equipamentos, em vez da contratação de serviços terceirizados, justifica-se por:

- I – maior economicidade a médio e longo prazo;
- II – autonomia operacional do Município;
- III – redução de custos com locação e prestação de serviços;
- IV – ampliação da capacidade de atendimento aos produtores rurais.

5.6. A solução está alinhada ao Plano de Trabalho do Convênio nº 700/2025/PGE-SEAGRI, atendendo às metas de mecanização agrícola e apoio à produção rural.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

6.1 Plantadeira/Semeadora e Adubadora

Equipamento destinado à semeadura e à aplicação simultânea de insumos, devendo atender, no mínimo, às seguintes especificações técnicas:

- I – reservatório com capacidade **mínima** de 60 (sessenta) litros;
- II – sistema de dosagem regulável;
- III – mecanismo que assegure a distribuição uniforme de sementes e insumos;
- IV – ajuste de distribuição com alcance mínimo entre 3 (três) e 10 (dez) metros;
- V – funcionamento por sistema elétrico com tensão mínima de 12V..





Foto ilustrativa

6.2 Plantadeira Hidráulica de Mandioca

Equipamento destinado ao plantio mecanizado de mandioca, devendo atender, no mínimo, às seguintes especificações técnicas:

- I – capacidade mínima de 2 m³ (dois metros cúbicos);
- II – sistema de plantio com, no mínimo, 2 (duas) linhas;
- III – adubadeira com capacidade mínima de 270 kg (duzentos e setenta quilogramas);
- IV – espaçamento mínimo de 0,90 m (noventa centímetros) entre linhas;
- V – sistema de corte e regulação por engrenagens.



Foto ilustrativa

6.3 Roçadeira Hidráulica

Equipamento destinado ao corte e manejo de vegetação, devendo atender, no mínimo, às seguintes especificações técnicas:

- I – largura mínima de corte de 1.700 mm (mil e setecentos milímetros);
- II – altura de corte ajustável entre 40 mm (quarenta milímetros) e 140 mm (cento e quarenta milímetros);
- III – sistema de corte composto por, no mínimo, 2 (duas) lâminas;



IV – sistema de acoplamento por meio de engate de 3 (três) pontos.



Foto ilustrativa

6.4 Sulcador

Equipamento destinado à abertura de sulcos para plantio, devendo atender, no mínimo, às seguintes especificações técnicas:

- I – estrutura com, no mínimo, 1 (uma) linha de trabalho;
- II – profundidade mínima de trabalho de 45 cm (quarenta e cinco centímetros);
- III – largura de trabalho ajustável entre 35 cm (trinta e cinco centímetros) e 97 cm (noventa e sete centímetros);
- IV – compatibilidade com tratores com potência entre 55 cv e 80 cv



Foto ilustrativa

6.5 Carreta Agrícola Basculante

Equipamento destinado ao transporte de cargas agrícolas, devendo atender, no mínimo, às seguintes especificações técnicas:

- I – capacidade mínima de carga de 6 (seis) toneladas;
- II – volume mínimo de 5 m³ (cinco metros cúbicos);
- III – sistema hidráulico basculante;
- IV – conjunto rodante composto por 4 (quatro) rodas, equipadas com pneus



novos;

V – garantia mínima de 12 (doze) meses.



Foto ilustrativa

6.6 Colheitadeira de Área Total

Equipamento destinado à colheita mecanizada de forragens, devendo atender, no mínimo, às seguintes especificações técnicas:

- I – compatibilidade com tratores com potência entre 65 cv e 90 cv;
- II – capacidade operacional mínima de 35 toneladas por hora;
- III – execução das funções de corte, picagem, recolhimento e descarga;
- IV – sistema de quebra de grãos;
- V – regulagem do tamanho de corte entre 2 mm (dois milímetros) e 36 mm (trinta e seis milímetros).



Foto ilustrativa

7. PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. A entrega dos equipamentos deverá observar rigorosamente o cronograma estabelecido no Plano de Trabalho vinculado ao Convênio nº 700/2025/PGE-SEAGRI, bem como as disposições constantes neste Termo de Referência e no instrumento contratual.



7.2. O prazo máximo para entrega será de até 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da emissão da nota de empenho ou instrumento equivalente, podendo ser prorrogado, de forma excepcional, mediante justificativa devidamente fundamentada e prévia autorização da Administração, nos termos da legislação vigente.

7.3. A entrega dos equipamentos será realizada em local previamente indicado pela Administração Municipal, podendo ocorrer em área urbana ou rural, inclusive em associações de produtores rurais selecionadas por meio de chamamento público, ou outro local definitivo de uso.

7.4. Os equipamentos deverão ser entregues devidamente montados, instalados, ajustados e testados, em perfeitas condições de funcionamento, acompanhados de todos os acessórios, componentes e documentos técnicos exigidos, estando aptos para utilização imediata.

7.5. A contratada deverá comunicar formalmente à Administração, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, a data prevista para entrega, a fim de possibilitar o acompanhamento, fiscalização e adoção das providências necessárias ao recebimento.

7.6. O recebimento dos equipamentos ocorrerá em duas etapas:

I – **recebimento provisório**, no ato da entrega, para conferência quantitativa, verificação das condições aparentes dos bens e conformidade com a nota fiscal;

II – **recebimento definitivo**, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação detalhada do pleno funcionamento, da conformidade com as especificações técnicas e do cumprimento integral das obrigações contratuais.

7.7. Constatadas irregularidades, vícios ou desconformidades nos equipamentos entregues, a Administração poderá rejeitá-los, no todo ou em parte, devendo a contratada promover a substituição ou correção no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.



7.8. Condições de Pagamento

7.8.1. O pagamento será efetuado pela Administração no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

7.8.2. O pagamento ficará condicionado:

I – ao recebimento definitivo dos equipamentos;

II – à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada, nos termos da legislação vigente;

III – à inexistência de pendências quanto à execução do objeto contratual.

7.8.3. Caso sejam constatadas irregularidades na documentação fiscal ou no cumprimento das obrigações contratuais, o prazo de pagamento será suspenso até a devida regularização, não acarretando qualquer ônus adicional à Administração.

7.8.4. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária em favor da contratada, em conta previamente informada, observadas as normas de execução orçamentária e financeira.

7.8.5. Não será efetuado pagamento antecipado, salvo nas hipóteses expressamente previstas na legislação vigente.

7.8.6. Em caso de atraso no pagamento por parte da Administração, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, poderão ser aplicados encargos moratórios, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

8 .VIGÊNCIA DO CONTRATO

8.1. O prazo de vigência do contrato será de até **12 (doze) meses**, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente justificado e autorizado pela autoridade competente.



8.2. A vigência contratual deverá ser suficiente para contemplar todas as etapas da execução do objeto, incluindo entrega, montagem, instalação, testes operacionais, recebimento definitivo e eventual suporte técnico durante o período inicial de operação.

8.3. O prazo de execução do objeto observará o disposto neste Termo de Referência, especialmente quanto ao prazo de entrega estabelecido, não se confundindo com o prazo de vigência contratual.

8.4. Eventuais prorrogações de prazo deverão ser formalizadas mediante termo aditivo, devidamente motivado, observado o interesse público e as disposições legais aplicáveis.

8.5. O contrato poderá ser alterado, nos termos do art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa técnica e jurídica, visando à adequação às necessidades da Administração.

8.6. O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente em caso de inexecução total ou parcial do objeto, descumprimento das obrigações contratuais, ou por razões de interesse público devidamente justificadas.

8.7. Encerrada a vigência contratual, permanecem válidas as obrigações relacionadas à garantia dos equipamentos, nos termos estabelecidos neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Constituem obrigações da contratada, sem prejuízo de outras previstas na legislação aplicável, no instrumento contratual e neste Termo de Referência:

I – fornecer os equipamentos em estrita conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e com a proposta apresentada;



II – garantir que os equipamentos sejam novos, sem uso, de primeiro fornecimento, em perfeitas condições de funcionamento e adequados às finalidades a que se destinam;

III – assegurar a qualidade dos bens fornecidos, responsabilizando-se por quaisquer vícios, defeitos ou inconformidades, ainda que constatados após o recebimento definitivo;

IV – realizar, às suas expensas, o transporte, seguro, carga, descarga, entrega, montagem, instalação e testes operacionais dos equipamentos no local indicado pela Administração;

V – prestar assistência técnica durante todo o período de garantia, assegurando suporte técnico adequado, inclusive para manutenção corretiva e, quando necessário, preventiva;

VI – substituir, reparar ou corrigir, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, ou outro prazo fixado pela Administração, quaisquer equipamentos que apresentem defeitos de fabricação, funcionamento inadequado ou desconformidade com as especificações exigidas, sem qualquer ônus adicional;

VII – disponibilizar manuais de operação e manutenção em língua portuguesa, bem como fornecer todas as orientações técnicas necessárias ao uso adequado dos equipamentos;

VIII – responsabilizar-se por todos os custos diretos e indiretos relacionados à execução do objeto, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, transporte, seguros e demais despesas correlatas;

IX – manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, comprovando-as sempre que solicitado pela Administração;

X – comunicar formal e imediatamente à Administração qualquer ocorrência que possa comprometer a execução do objeto, adotando as medidas necessárias à sua regularização;



XI – cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos, sujeitando-se às penalidades cabíveis em caso de atraso ou inexecução;

XII – observar integralmente as normas de segurança do trabalho, especialmente a Norma Regulamentadora nº 12 (NR-12), bem como demais legislações e normas técnicas aplicáveis;

XIII – responsabilizar-se por danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato;

XIV – não transferir, total ou parcialmente, as obrigações assumidas, sem prévia e expressa autorização da Administração;

XV – sujeitar-se à fiscalização da Administração, prestando todos os esclarecimentos e informações solicitadas;

XVI – arcar com a substituição imediata de equipamentos rejeitados no recebimento provisório ou definitivo, em razão de não conformidade com as especificações técnicas;

XVII – garantir o fornecimento de peças de reposição e suporte técnico durante o período de garantia, assegurando a continuidade operacional dos equipamentos.

9. 2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.2.1. Constituem obrigações da contratante, sem prejuízo de outras previstas na legislação aplicável, no instrumento contratual e neste Termo de Referência:

I – receber os equipamentos fornecidos, procedendo à conferência quantitativa e qualitativa, bem como à verificação da conformidade com as especificações técnicas estabelecidas;

II – realizar o recebimento provisório e definitivo do objeto, nos termos da legislação vigente, mediante verificação do pleno atendimento às condições contratuais;



III – rejeitar, no todo ou em parte, os equipamentos entregues em desacordo com as especificações técnicas, determinando sua substituição ou correção;

IV – efetuar o pagamento à contratada, na forma e prazos estabelecidos neste Termo de Referência, após o recebimento definitivo e a regular liquidação da despesa;

V – disponibilizar local adequado para entrega, montagem, instalação e testes operacionais dos equipamentos, conforme previamente definido pela Administração;

VI – designar formalmente gestor e fiscal do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual;

VII – acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, registrando formalmente eventuais ocorrências, falhas ou irregularidades, e adotando as medidas necessárias ao fiel cumprimento do contrato;

VIII – comunicar formalmente à contratada quaisquer irregularidades verificadas na execução do objeto, fixando prazo razoável para sua regularização;

IX – atestar as notas fiscais apresentadas pela contratada, desde que constatada a conformidade da execução com as exigências contratuais;

X – prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada, necessários à execução do objeto;

XI – assegurar as condições necessárias para a realização dos testes operacionais e para o treinamento dos operadores indicados;

XII – aplicar as sanções administrativas cabíveis em caso de descumprimento contratual, observando o contraditório e a ampla defesa;

XIII – assegurar a compatibilidade da despesa com as normas orçamentárias e financeiras vigentes, especialmente a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);



XIV – manter organizados e arquivados os documentos relativos à execução contratual, para fins de controle interno e externo;

XV – zelar pela adequada utilização, guarda e conservação dos equipamentos após o recebimento definitivo, garantindo sua destinação ao interesse público.

10. MODALIDADE DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

10.1. Modalidade de Licitação:

A contratação será realizada por meio de **Pregão Eletrônico**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza comum do objeto.

10.2. Critério de Julgamento:

O critério de julgamento das propostas será o de **menor preço global**, observadas as especificações técnicas e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

10.3. Regime de Execução

10.3. O regime de execução será o de fornecimento em duas etapas, em razão da necessidade de realização de Chamamento Público para definição do local definitivo de instalação, compreendendo:

I – Primeira etapa: entrega inicial do equipamento em local provisório indicado pela Administração, incluindo transporte, carga e descarga e conferência preliminar;

II – Segunda etapa: após a conclusão do Chamamento Público, realização do transporte complementar até o local definitivo, bem como montagem, instalação e execução dos testes operacionais, assegurando o pleno funcionamento do equipamento.

10.3.1. Todas as etapas deverão ser executadas pela CONTRATADA sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

11. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

11.1. Requisitos Técnicos

11.1.1. Os equipamentos a serem adquiridos deverão atender, no mínimo, aos requisitos técnicos estabelecidos neste Termo de Referência, sendo admitida a



oferta de bens de qualidade equivalente ou superior, desde que comprovada, de forma objetiva, a sua compatibilidade com as especificações exigidas.

11.1.2. Constituem requisitos técnicos obrigatórios:

I – os equipamentos deverão ser novos, sem uso, de primeiro fornecimento, não sendo admitidos produtos recondicionados, remanufaturados, de demonstração, mostruário ou similares;

II – deverão apresentar plena compatibilidade com tratores agrícolas com potência compreendida entre 55 (cinquenta e cinco) e 90 (noventa) cavalos (cv), conforme características da frota municipal;

III – deverão atender integralmente às normas de segurança do trabalho, especialmente à Norma Regulamentadora nº 12 (NR-12), bem como às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e demais regulamentações aplicáveis;

IV – deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo, abrangendo defeitos de fabricação, desempenho e funcionamento, incluindo a substituição de peças, componentes e mão de obra, sem qualquer ônus adicional à Administração;

V – deverão dispor de assistência técnica autorizada, com capacidade de atendimento no Estado de Rondônia ou em região que assegure suporte tempestivo, no prazo máximo a ser definido contratualmente, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;

VI – deverão ser fornecidos com manual de operação e manutenção em língua portuguesa, contendo todas as orientações técnicas necessárias à correta utilização, conservação e manutenção preventiva;

VII – deverão possuir todos os dispositivos de segurança exigidos pela legislação vigente, incluindo proteções, sinalizações e mecanismos que assegurem a integridade física dos operadores;



VIII – deverão estar integralmente em conformidade com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, sendo passíveis de rejeição, total ou parcial, aqueles que não atendam aos requisitos mínimos estabelecidos.

11.2. Requisitos Operacionais

11.2.1. A execução do objeto deverá observar os seguintes requisitos operacionais:

I – a entrega dos equipamentos deverá ocorrer no local indicado pela Administração Municipal, podendo compreender áreas urbanas ou rurais, inclusive em associações de produtores definidas por meio de chamamento público;

II – a contratada será responsável pela montagem, instalação completa e realização de testes operacionais, devendo assegurar o pleno funcionamento dos equipamentos no local definitivo de utilização;

III – deverá ser realizado treinamento operacional básico dos servidores e/ou beneficiários indicados pela Administração, abrangendo operação segura, regulagem e manutenção preventiva;

IV – todos os custos com transporte, frete, seguro, carregamento, descarregamento, montagem e instalação correrão por conta da contratada, não sendo admitida a cobrança de valores adicionais;

V – os equipamentos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, devidamente regulados, ajustados e aptos à operação imediata;

VI – eventuais danos causados durante transporte, montagem ou instalação serão de inteira responsabilidade da contratada, que deverá promover a imediata substituição ou reparo, sem prejuízo da aplicação de penalidades;

VII – a entrega será considerada concluída somente após a verificação, aceite formal e emissão do Termo de Recebimento Definitivo pela Administração.

11.3. Critérios de Aceitação e Recebimento



11.3.1. O recebimento dos equipamentos dar-se-á em duas etapas:

I – **recebimento provisório**, no ato da entrega, para verificação quantitativa e das condições aparentes dos bens;

II – **recebimento definitivo**, após a verificação detalhada da conformidade com as especificações técnicas, realização de testes operacionais e validação do pleno funcionamento.

5.3.2. O prazo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis, contados da entrega, podendo ser prorrogado mediante justificativa técnica da Administração.

5.3.3. Constatadas irregularidades, vícios ou desconformidades:

I – os equipamentos serão rejeitados, no todo ou em parte;

II – a contratada deverá promover a substituição ou correção no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, sem ônus para a Administração;

III – o prazo de garantia será reiniciado após a substituição do equipamento.

11.4. Níveis de Serviço e Assistência Técnica

11.4.1. A contratada deverá assegurar suporte técnico durante todo o período de garantia, observando, no mínimo:

I – prazo máximo de atendimento inicial de até 5 (cinco) dias úteis, contados da solicitação da Administração;

II – prazo máximo para solução do problema de até 15 (quinze) dias úteis, salvo justificativa técnica devidamente aceita pela Administração;

III – disponibilidade de peças de reposição durante o período de garantia.

11.5. Penalidades pelo Descumprimento

11.5.1. O descumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência sujeitará a contratada às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto:



- I – à recusa injustificada na entrega ou substituição dos equipamentos;
- II – ao atraso na execução do objeto;
- III – ao fornecimento de bens em desacordo com as especificações;
- IV – à inexecução total ou parcial do contrato.

11.5.2. Poderão ser aplicadas, garantida a ampla defesa e o contraditório, as seguintes sanções:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – impedimento de licitar e contratar;
- IV – declaração de inidoneidade.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Agricultura (SEMAGRI), prevista no orçamento vigente do Município de Rio Crespo/RO, conforme classificação abaixo:

20.608.0002.2026.0000 – PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUARIA – Convênio nº 700/2025/PGE-SEAGRI

4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente

12.2. Os recursos financeiros são oriundos do Convênio nº 700/2025/PGE-SEAGRI, firmado com o Estado de Rondônia, devidamente vinculados à finalidade de fortalecimento da agricultura familiar.

13. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento decorrente da presente contratação será efetuado em **parcela única**, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no instrumento contratual e na legislação vigente.

13.2. O pagamento somente será realizado após o **recebimento definitivo** do objeto, devidamente entregue, instalado, testado e em pleno funcionamento, em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas.



13.3. A liquidação da despesa ficará condicionada à verificação da conformidade do objeto com as exigências contratuais, mediante emissão do **Termo de Recebimento Definitivo** pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

13.4. Para fins de pagamento, a contratada deverá apresentar, no mínimo, a seguinte documentação:

- I – nota fiscal/fatura devidamente emitida e atestada pelo fiscal do contrato;
- II – relatório de entrega, montagem, instalação e testes operacionais dos equipamentos;
- III – comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, conforme legislação aplicável.

13.5. O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados a partir da apresentação da documentação completa, devidamente atestada e após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

13.6. Eventuais erros, inconsistências ou ausência de documentos exigidos ensejarão a suspensão do prazo de pagamento, que será retomado após a devida regularização, sem qualquer ônus adicional à Administração.

13.7. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária em favor da contratada, em conta previamente informada, observadas as normas de execução orçamentária e financeira.

13.8. Não será efetuado pagamento antecipado, salvo nas hipóteses expressamente previstas na legislação vigente, devidamente justificadas e autorizadas pela autoridade competente.

13.9. Sobre os valores devidos incidirão as retenções tributárias e contribuições legais previstas na legislação aplicável.

13.10. Em caso de atraso no pagamento por parte da Administração, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, poderão ser aplicados encargos moratórios, na forma da Lei nº 14.133/2021.



14. PRAZO DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado após o recebimento definitivo do equipamento, devidamente conferido, instalado no local definitivo (associação selecionada por meio de Chamamento Público), testado e atestado pelo Fiscal do Contrato, mediante apresentação da Nota Fiscal pela CONTRATADA.

14.2. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada e da conclusão da liquidação da despesa.

14.3. O prazo previsto poderá ser suspenso na hipótese de constatação de irregularidades na documentação fiscal ou na execução do objeto, sendo retomada sua contagem após a devida regularização, sem ônus para a CONTRATANTE.

14.4. Em caso de atraso no pagamento por responsabilidade exclusiva da Administração, poderão ser aplicados os encargos legais cabíveis, nos termos da legislação vigente.

14.5. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, transferência eletrônica ou outro meio legalmente admitido, em conta de titularidade da CONTRATADA.

15. DO REAJUSTE

15.1. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência contratual, considerando que o objeto será executado em parcela única.

15.2. Não haverá reajuste de preços, salvo nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente em casos de prorrogação contratual devidamente justificada ou necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

15.3. Eventual reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser formalmente solicitado pela CONTRATADA, mediante apresentação de documentação comprobatória e demonstração analítica da variação dos custos, estando sujeito à análise e aprovação da Administração, com formalização por meio de termo aditivo.



15.4. É vedada a concessão de reajuste ou recomposição de forma retroativa, bem como qualquer alteração de valores sem a devida formalização contratual.

17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

a) der causa à inexecução parcial ou total do contrato; b) causar prejuízo à Administração ou ao interesse público; c) atrasar injustificadamente a execução ou a entrega do objeto; d) apresentar documentação falsa ou prestar declaração inverídica; e) fraudar a execução do contrato; f) comportar-se de modo inidôneo; g) praticar atos lesivos previstos na Lei nº 12.846/2013.

17.2. Poderão ser aplicadas à CONTRATADA, conforme a gravidade da infração, as seguintes sanções:

a) advertência; b) multa; c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública; d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.3. As sanções serão aplicadas observando-se os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e devido processo legal.

17.4. Será assegurado à CONTRATADA o direito ao contraditório e à ampla defesa, com prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de manifestação.

17.5. As multas eventualmente aplicadas poderão ser descontadas de valores devidos à CONTRATADA ou cobradas administrativa ou judicialmente, conforme o caso.

18. CONDIÇÕES DE ENTREGA

18.1. A entrega inicial do equipamento deverá ocorrer em local indicado pela Secretaria Municipal de Agricultura (SEMAGRI), conforme Ordem de Fornecimento.

18.2. O equipamento deverá ser entregue novo, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento, acompanhado de todos os acessórios, manuais em língua portuguesa e demais itens necessários ao seu pleno funcionamento.

18.3. Todos os custos relativos ao transporte, carga, descarga, montagem, instalação e testes serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.



18.4. A CONTRATADA responderá pela integridade do equipamento até o recebimento definitivo, sendo responsável por quaisquer danos, avarias ou perdas.

18.5. Equipamentos que apresentarem defeitos, vícios ou desconformidade com as especificações deverão ser substituídos, sem ônus para a CONTRATANTE.

18.6. A entrega será considerada concluída somente após o recebimento definitivo do equipamento pela Administração.

19. DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis às contratações públicas.

17.2. Situações não previstas serão submetidas à autoridade competente, podendo contar com manifestação da Assessoria Jurídica e do Controle Interno.

18. DA PUBLICAÇÃO

18.1. O processo será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

18.2. Poderão ser realizadas publicações complementares em outros meios oficiais, conforme a legislação aplicável.

19. DO FORO

19.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ariquemes/RO, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir eventuais controvérsias oriundas deste instrumento.

20. DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. O presente Termo de Referência integra o processo licitatório correspondente, devendo ser observado integralmente pelas partes envolvidas, constituindo-se como documento norteador para a contratação e execução do objeto.

16.2. Eventuais omissões neste Termo de Referência serão supridas pelas disposições constantes na legislação vigente, especialmente a Lei nº



14.133/2021, pela Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), bem como pelas demais normas aplicáveis à matéria.

20.3. As condições estabelecidas neste instrumento vinculam a contratada, obrigando-a ao fiel cumprimento de todas as exigências técnicas, operacionais, administrativas e legais nele previstas.

20.4. Quaisquer alterações nas condições estabelecidas deverão ser formalizadas por meio de instrumento próprio, devidamente justificado, motivado e autorizado pela autoridade competente, observadas as hipóteses legais previstas na Lei nº 14.133/2021.

20.5. Este Termo de Referência deverá ser utilizado como base para a elaboração do edital, do contrato e dos demais instrumentos necessários à formalização da contratação, garantindo coerência e alinhamento entre as fases do processo licitatório.

20.6. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na execução contratual serão dirimidos pela Administração, com fundamento nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público e demais princípios aplicáveis à Administração Pública.

20.7. Fica assegurada a observância das normas de controle interno e externo, especialmente aquelas emanadas pelos órgãos de fiscalização e controle, devendo toda a execução contratual estar devidamente documentada e apta à prestação de contas.

Rio Crespo/RO 07 de Maio de 2026

Elaborado por:

QUENILSI LUIZ SANTOS

Superintendente de agricultura

Revisado e Autorizado por:

ATAIDE JOSÉ NORBERTO

Secretário Municipal de Agricultura





Município de Rio Crespo

63.761.977/0001-41
Av. Joaquim Pedro Sobrinho
www.riocrespo.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Termo de Referência	n° 700/2025	07/05/2026

ID: **163041**

CRC: **0AA02A36**

Processo: **3-389/2026**

Usuário: **QUENILSI LUIZ SANTOS**

Criação: **07/05/2026 11:48:07** Finalização: **07/05/2026 11:57:39**

Processo



Documento



MD5: **4EE4D0FBE88F5340830624487DED57F7**

SHA256: **CB1F92AC3AE63CDD0140EE9D7458E6EDA4517C30A77DE9AF53C84D31505B51CC**

Súmula/Objeto:

Termo de Referencia do convenio 700/2025

INTERESSADOS

ATAIDE JOSE NORBERTO

07/05/2026 11:48:07

ASSUNTOS

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS

07/05/2026 11:48:07

ASSINATURAS ELETRÔNICAS



QUENILSI LUIZ SANTOS

SUPERINTENDENTE DE AGRICULTURA

07/05/2026 12:02:11

Assinado na forma do Lei Municipal nº 941/2021.



ATAIDE JOSE NORBERTO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA

07/05/2026 12:48:54

Assinado na forma do Lei Municipal nº 941/2021.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.riocrespo.ro.gov.br informando o ID 163041 e o CRC 0AA02A36.